

O Paraná quer vender terras reivindicadas por índios

A Assembleia Legislativa do Paraná vota amanhã projeto pelo qual o governador Ney Braga solicita autorização para vender uma área de dois mil hectares da colônia de São Jerônimo da Serra, no Norte do Estado, que segundo a Associação Nacional de Apoio ao Índio

(Anai), o Cimi e a Comissão Justiça e Paz do Paraná pertencem aos caingangues desde 1859, quando lhes foi doada pelo barão de Antonina.

Em documento que será entregue amanhã aos deputados, a Anai, o Cimi e a Comissão Justiça e Paz manifestam estra-

nheza pelo fato de o governo pedir regime de urgência à aprovação do projeto. Asseguram que a área que o governo considera devoluta faz parte de 33.800 hectares doados pelo barão de Antonina para o estabelecimento do aldeamento indígena de São Jerônimo da Serra.

As três entidades historicam ainda que, pelo acordo de 1949 firmado pelo então governador Moisés Lupion e o governo federal, a área de São Jerônimo e mais cinco regiões indígenas foram reduzidas. Dos 33.000 hectares originais, os caingangues de São Jerônimo ficaram com ape-

nas 4.840, divididos em duas glebas.

Após documentar a ilegalidade do acordo de 1949, o documento faz uma pergunta: "Por que só agora procura-se vender a quarta parte da gleba como patrimônio estadual se a maior parte das terras subtraídas aos

Índios de São Jerônimo foi vendida como sendo devoluta e, portanto, sem aprovação da Assembleia Legislativa?". E ainda: "É evidente que todas aquelas terras não são devolutas, uma vez que sobre elas havia títulos legítimos do barão de Antonina".